

15 — O júri do concurso, que será o mesmo para avaliação do estágio, terá a seguinte composição:

Presidente do júri — vereador João Gonçalves da Costa, vice-presidente da Câmara Municipal.

1.º vogal efectivo — Dr.ª Maria Manuela dos Santos Gonçalves, chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo — Dr. Miguel Paulo Curvelo Figueiredo, técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de recursos humanos.

1.º vogal suplente — Dr.ª Ermelinda Dias Martins, directora do Departamento de Planeamento e Gestão Municipal.

2.º vogal suplente — Dr.ª Maria da Graça Bizarro Sales, chefe da Divisão Financeira.

16 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos bem como a classificação final, serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

17 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

18 — O local, a data e hora destinados à aplicação dos métodos de selecção, serão oportunamente comunicados aos candidatos, nos termos e nas formas previstas neles.

19 — Em conformidade da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de Junho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto*.
1000303057

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Edital n.º 323/2006

Isaltino Afonso Morais, licenciado em Direito, presidente da Câmara Municipal de Oeiras, faz público que, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontrará a decorrer a partir do dia 24 de Julho de 2006 e pelo prazo de 15 dias, a discussão pública referente ao pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 9/99 (processo n.º 8561/96) em Queijas, titulado por HABIJAMOR — Cooperativa de Habitação e Construção, C. R. L., nos termos do n.º 3 do artigo 22.º, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º do referido decreto-lei.

A consulta do processo, para efeito de eventuais observações ou sugestões por parte do público, em geral, poderá naquele prazo ser efectivada, todos os dias, de segunda-feira a sexta-feira, no período compreendido entre as 8 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, na Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo desta Câmara Municipal.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

23 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Isaltino Afonso Morais*.
3000209920

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Aviso

Reclassificação profissional de Margarida Patrícia Trindade Pestana Tavares

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu despacho de hoje, determinei a reclassificação profissional, nos termos do disposto na alínea *e*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, de Margarida Patrícia Trindade Pestana Tavares, auxiliar administrativa do grupo de pessoal auxiliar do quadro privativo desta Câmara Municipal, posicionada no escalão 2, índice 137, para a categoria de assistente administrativa do grupo de pessoal administrativo, ficando posicionada no escalão 1, índice 199.

A aceitação do lugar deverá ocorrer no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

23 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Mário Américo Franco Alves*.
1000303033

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

Aviso n.º 40/DGU/DL/2006

Alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 140 em Vale do Alecrim, Palmela

Abertura de período de discussão pública

Ana Teresa Vicente, presidente da Câmara Municipal de Palmela, faz público que, nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, é aberto um período de discussão pública sobre uma proposta de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 140, titulado a António Xavier de Lima (Processo de Loteamento L-55182), da freguesia de Palmela, deste concelho.

Mais se faz público que o pedido de alteração foi requerido por João Amorim Domingues Fernandes, Sadobil — Construções, L.ª, e Solbar, L.ª, e incide sobre os lotes n.ºs 54, 55, 57, 58 e 61 da urbanização.

O período de discussão pública inicia-se no 16.º (n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99) dia útil após a publicação deste aviso no *Diário da República* e decorrerá nos 15 (n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99) dias úteis subsequentes.

A proposta de alteração estará patente, para consulta, no Departamento de Gestão Urbanística — Secção de Secretaria, Avenida da Rainha D. Leonor, 2, em Palmela, durante o período acima referido.

Qualquer interessado poderá apresentar, dentro do citado prazo, as suas reclamações, observações ou sugestões, no local de consulta antes indicado.

E eu, *Jorge Manuel Branco Martinho*, director de Departamento de Gestão Urbanística, o subscrevi.

26 de Maio de 2006. — A Presidente da Câmara, *Ana Teresa Vicente*.
1000303048

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL

Aviso

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 9 de Junho de 2006, nomeei, com efeitos a partir de 12 de Junho de 2006, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Luís Filipe Rolo Gameiro e Maria Albertina Gameiro Mendes, para a categoria de chefe de Secção de Obras Públicas e chefe de Secção de Urbanismo, respectivamente, do quadro de pessoal deste município, no âmbito do concurso interno de acesso limitado, a que se refere o aviso de abertura datado de 10 de Janeiro de 2006.

Os interessados terão 20 dias para aceitação do lugar, a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no *Diário da República*. (As referidas nomeações não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*.
3000209903

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 4 de Maio de 2006, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo resolutivo, por um período de um ano, com os auxiliares dos serviços gerais, Januário Manuel Baptista Rebelo, Rúben Filipe Valério Travassos, Carlos Manuel Tavares Martins, Fábio Almeida Miguel, José Luís Faria de Sousa, José Manuel Pereira Avelar, Donald Miguel Mota Medeiros, João Afonso Viveiros Carvalho, João Maria Araújo Oliveira Novo, João Paulo Ferreira Pereira, José Manuel da Rosa Ponte, Luís Miguel Miranda Farias, Rui Filipe Matos Couto, Pinto Djassi, Bruno Miguel Ferreira Vasconcelos Sousa, João Maria Pascoal Pedro e João Luís Lopes Ferreira, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006.

9 de Junho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.
1000303025